

JUDICIÁRIO

Bolsonaro e 23 na mira por abusos na covid-19

Dino manda PF investigar conclusões da comissão de inquérito, que apontou ilegalidades e incitação ao negacionismo sobre a crise sanitária que matou mais de 700 mil no país

» IAGO MAC CORD*

A pedido da Polícia Federal (PF), o ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou a abertura de inquérito contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, seus três filhos e outras 20 pessoas (veja a lista no quadro abaixo) com base no relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19, que funcionou entre 27 de abril e 26 de outubro de 2021. A investigação visa apurar indícios de crimes contra a administração pública, como fraudes em licitações, superfaturamento e desvio de recursos públicos, além da suspeita de incitação a comportamentos incompatíveis com o combate à pandemia, que no Brasil matou mais de 700 mil pessoas.

Segundo Dino, o documento elaborado pela CPI apresentou os requisitos necessários para a instauração de um inquérito policial. As acusações abrangem contratos com empresas de fachada para serviços genéricos ou fictícios. Também é objeto do inquérito a suspeita de incitação da população ao uso de medicamentos sem eficácia comprovada, como hidroxicloroquina e ivermectina, e a disseminação de desinformação sobre vacinas, uso de máscaras e isolamento social.

A CPI da Covid, após 67 reuniões ao longo de mais de seis meses, pediu no relatório final o indiciamento de 80 pessoas. O relator, senador Renan Calheiros (MDB-AL), apontou que a “mais grave omissão do governo federal foi o atraso na compra de vacinas” e que o Executivo teria agido de forma não técnica no enfrentamento da pandemia.

O texto citou Bolsonaro mais de 80 vezes, atribuindo a ele o cometimento de 10 crimes, e chegou a pedir que fosse acusado de crimes contra a humanidade, mencionando o colapso do oxigênio em Manaus, investigações da Prevent Senior e apurações de crimes contra povos indígenas.

A PF solicitou, no final de 2024, a conversão da investigação parlamentar em inquérito e terá,

Sergio Lima/AFP



Bolsonaro defendeu a hidroxicloroquina, medicamento ineficiente contra a covid, e fez campanha antivacinação

A lista dos investigados

- » Jair Bolsonaro (ex-presidente da República)
- » Flávio Bolsonaro (senador, PL-RJ)
- » Eduardo Bolsonaro (deputado federal, PL-SP)
- » Carlos Bolsonaro (vereador, PL)
- » Ricardo Barros (deputado federal, PP-PR)
- » Osmar Terra (deputado federal, PL-RS)
- » Bia Kicis (deputada federal, PL-DF)
- » Carla Zambelli (deputada federal, PL-SP)
- » Carlos Jordy (deputado federal, PL-RJ)
- » Onyx Lorenzoni (ex-ministro)
- » Ernesto Araújo (ex-ministro)
- » Carlos Roberto Wizard Martins (empresário)
- » Luciano Hang (empresário)
- » Allan dos Santos (blogueiro)
- » Helcio Bruno de Almeida (ex-secretário-executivo do Ministério da Saúde)
- » Oswaldo Eustáquio (blogueiro)
- » Hélio Angotti Neto (ex-secretário do Ministério da Saúde)
- » Bernardo Pires Kuster (youtuber)
- » Paulo de Oliveira Eneas (jornalista)
- » Richards Dyer Pozzer (blogueiro)
- » Leandro Panazzolo Ruschel (blogueiro)
- » Otávio Oscar Fakhoury (empresário)
- » Filipe Martins Pereira (ex-assessor de Bolsonaro)
- » Tércio Arnaud Tomaz (ex-assessor de Bolsonaro)

inicialmente, 60 dias para complementar as investigações da CPI. O relatório da comissão foi enviado à Procuradoria-Geral da República (PGR), que chegou a pedir o arquivamento das ações por falta de elementos para a abertura de inquérito. Mas a PF obteve acesso às provas e concluiu pela necessidade de dar continuidade às investigações.

O caso tramitou no STF como uma petição, passando pelas mãos dos ministros Luís Roberto Barroso e Rosa Weber, antes de ser redistribuído a Dino, que herdou o processo em seu acervo por conta da aposentadoria da ministra.

A pandemia de covid-19, contexto das investigações da CPI, teve o primeiro caso confirmado no Brasil em fevereiro de 2020 e a primeira morte em março do mesmo ano. O país chegou a registrar mais de 4 mil mortes por dia, em abril de 2021, e totalizou 716.626 óbitos, segundo o Ministério da Saúde.

*Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi

CONGRESSO

Na CPMI do INSS, advogado cala e irrita

» ALÍCIA BERNARDES
» ISRAEL MEDEIROS

Deputados e senadores da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ficaram irritados, ontem, com o silêncio do advogado Nelson Wilians, um dos investigados pela Polícia Federal (PF) no esquema que desviou dinheiro de aposentados e pensionistas. Protegido por um habeas corpus concedido pelo ministro Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal (STF), ele negou participação em fraudes e manteve o silêncio na maior parte do depoimento.

Wilians também se negou a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade e frisou que não tem ligação com as operações suspeitas. Documentos da PF e do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), entretanto, apontam movimentações financeiras de R\$ 4,3 bilhões ligadas ao seu escritório de advocacia, além de pagamentos de R\$ 15 milhões ao empresário Maurício Camisotti, preso na Operação Sem Desconto. Do pouco que falou, Wilians reconheceu amizade com Camisotti, mas negou ter relações com Antonio Carlos Camilo Antunes, o Careca do INSS.

Saulo Cruz/Agência Senado



Wilians recusou-se a assinar o termo de compromisso de dizer a verdade

Sua postura levou o relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), a afirmar que Wilians deixaria a condição de testemunha para a de provável investigado. Segundo o parlamentar, o silêncio e as respostas evasivas reforçam indícios de ligação com as fraudes.

“Chega aqui como testemunha e sai como provável investigado pela CPMI. O silêncio dele falou muito alto”, disse Gaspar.

No fim da tarde, depois de várias negativas de resposta por parte de Wilians, o senador Jorge Seif (PL-SC) pediu ao presidente da CPMI, senador Carlos Viana (Podemos-MG), que adotasse providências contra o depoente por “se esquivar da verdade”. “A testemunha, ao ser instada a

responder às perguntas por vários de nós, deliberadamente se esquivou da verdade, utilizando-se de evasivas e respostas artificiosas, configurando verdadeira chicana processual”, argumentou. O pedido foi negado.

Depois da oitiva do advogado, a comissão ouviu o empresário Milton Salvador de Almeida Junior, apontado como sócio do Careca do INSS — que negou a suposta relação empresarial. “Não sou, nunca fui e jamais serei. Sou um prestador de serviços. O conheci em fevereiro de 2024. Ele contratou minha empresa para prestar serviços para a dele, de consultoria administrativa e financeira. Jamais fui sócio de qualquer das empresas do Careca do INSS”, afirmou.

UB: saída já do governo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O União Brasil deu 24 horas para que todos os filiados abandonem os postos no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sob pena de expulsão do partido. A ordem da legenda abrange filiados como comandantes tanto ministérios como funções de confiança em autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista ligadas indiretamente à União.

A determinação foi justificada pela direção partidária como resposta ao que considerou como “uso indevido de órgãos investigativos federais” para atacar o presidente da sigla, Antônio Rueda. Pesa contra ele um possível envolvimento com o Primeiro Comando da Capital (PCC) nos setores de combustíveis e do mercado financeiro. Essa relação é apontada pela Operação Carbono Oculto, da Polícia Federal.

A decisão de determinar a saída de filiados do União Brasil provocou reação da ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Em resposta ao ultimato, ela rebateu as alegações da legenda.

“Não é a primeira ocasião em que adotam tal postura. O que é inadmissível é imputar erroneamente ao governo a culpa por publicações que vinculam dirigente partidário a apurações sobre delitos. Tal afirmação é falsa”, publicou Gleisi no X (antigo Twitter).

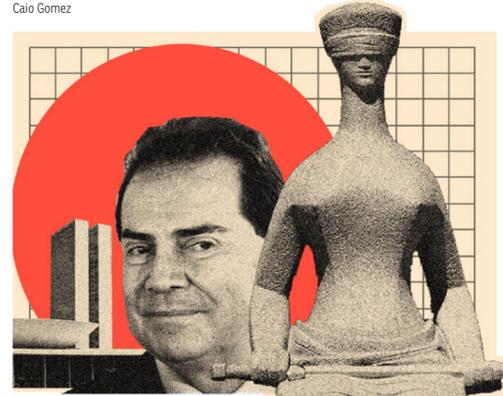
NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

Luizazedo.df@dabr.com.br



Caio Gomez



Conciliação e golpismo: tradição que alimenta a anistia

O livro *Conciliação e Reforma no Brasil, um Desafio Histórico Político* (Editora Civilização Brasileira), de José Honório Rodrigues, foi escrito logo após o golpe militar de 1964, que destituiu o presidente João Goulart. Por mais que o tempo tenha passado, aquele momento da história do Brasil transcende as conjunturas, pois o regime militar durou 21 anos e o passado imaginário alimenta o golpismo que nos levou ao 8 de Janeiro.

É nesse contexto histórico que essa obra singular nos ajuda a analisar a aprovação do pedido de urgência para votação de uma anistia que beneficie os participantes da mais recente tentativa de golpe de Estado da nossa história republicana, protagonizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que foi condenado a 27 anos e três meses de prisão pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Rodrigues destaca que as reformas no Brasil foram promovidas pela via do autoritarismo ou da conciliação, o que resultou na nossa modernização conservadora, que perpetuou as desigualdades e exclusões sociais — uma “revolução passiva”, diria o cientista político Luiz Werneck Vianna. O poder de cooptação das reformas conservadoras sempre foi maior do que a mobilização necessária para a efetivação de mudanças sociais.

O atraso político, o patrimonialismo e o fisiologismo são nós difíceis de desatar. Funcionam como garrote para que as mudanças não alterem muito as estruturas sociais — faz com que elas sejam contingenciadas e parciais. Para dar um exemplo histórico: a maior reforma econômico-social da nossa história foi a abolição, que acabou com a escravidão, cuja herança persiste até hoje e dispensa mais comentários.

Todos os governos progressistas se depararam com essa contradição, alguns tendo mais sucesso que outros, como os de Juscelino Kubitschek (1950-1960), de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Colapsaram os de Getúlio Vargas (1950-1954), que se matou; João Goulart, que foi deposto; e Dilma Rousseff, apeada do poder no segundo mandato, por um impeachment. Hoje, Lula se depara com as mesmas dificuldades, mas essa já é outra discussão.

A crítica à “política de conciliação” decorre desse retrospecto. Sua própria gênese é o Gabinete do Marquês do Paraná, Honório Carneiro Leão, no Império. Dom Pedro II implantou um sistema parlamentarista no qual escolhia o presidente do Conselho de Ministros e este, por sua vez, indicava os demais ministros. Paraná construiu uma “ponte de ouro”, no dizer de José Tomás Nabuco de Araújo, do Partido Conservador, que foi ministro da Justiça, ao formar um gabinete de maioria liberal com participação dos conservadores.

Bolsonaro

Essa história está bem contada por Joaquim Nabuco, na biografia de seu pai, *Um Estadista no Império* (Edições Câmara dos Deputados). FHC seguiu essa receita durante seu governo, ao promover uma ampla aliança os caciques do PFL Marco Maciel, seu vice, Antônio Carlos Magalhães, José Agripino e Jorge Bornhausen, entre outros, contra a vontade do então senador Mario Covas, que viria falecer no segundo mandato de governador de São Paulo. Sem essa aliança, o Plano Real e as privatizações teriam fracassado.

Discípulo de Capistrano de Abreu, o primeiro a valorizar a importância do “povo capado e recapado, sangrado e ressangrado” na formação histórica do Brasil, Honório Rodrigues mostrou o lado perverso da política de conciliação. Para ele, a Independência não significou uma ruptura, mas a continuidade da ordem privilegiada das elites escravocratas da época. Em 1822, nas décadas de 1830 e 1840, em 1889, 1930, 1945, 1961 e 1964 deu-se o mesmo.

Em todas as tentativas de golpes fracassadas, mais cedo ou mais tarde houve uma anistia. “Os poderes dominantes tiveram sempre força para conter as aspirações profundas de mudança e reverter os movimentos de modo a sustentar seu sistema e seus privilégios”, diagnosticou, num dos ensaios da coletânea, intitulado *Teses e antíteses da História do Brasil*.

Honório também era um crítico do populismo, “uma espécie de primitivismo político (...) um instrumento de agitação irresponsável, de meio desordenado de degradação da política e dos políticos”. Dizia que foi um entrave ao crescimento ordenado e eficiente nas décadas de 1950 e 1960: “A campanha de luta e agitação (...) desgastou o progressismo que se vinha formando e criou barreiras intransponíveis (...). Não uniu, dividiu”. Faleceu em abril de 1987, aos 73 anos. Não teve tempo de atualizar sua leitura da conciliação política no Brasil durante a chamada Nova República.

Agora, a história se repete. Ontem, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), escolheu o deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP) como relator da proposta de anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de Janeiro. Apresentada pelo deputado Marcelo Crivela (Republicanos-RJ), o texto original prevê um perdão completo e amplo para todos que participaram das manifestações “políticas e/ou eleitorais” desde o dia da derrota do ex-presidente Jair Bolsonaro nas urnas até hoje.

“Sou a favor de anistiar Bolsonaro, mas acho que no Congresso não há votos para isso”, avalia Paulinho da Força, que pretende elaborar um texto com anistia para quem não fez nada e redução de pena para quem fez alguma coisa, planejou golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático, que vai “desagradar os extremos”. Olha aí a conciliação mais uma vez.